



Anais da Assembléia

N. 29

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1986.

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pêrcles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Mário Pereira e Sérgio Spada (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede a leitura da ata da sessão anterior a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, pertencentes da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, indicam o Senhor Deputado FUAD NACLI para liderar nossa bancada, nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(aa) ERONDY SILVÉRIO e GABRIEL MANOEL.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro na ata da presente sessão de votos congratulatórios ao Meretíssimo

juiz João Cassemiro Vilewiski, da 1ª Vara Criminal de Londrina, pela maneira sábia que aplicou na pena ao réu Jaime Rosa Fernandes, motorista que embriagado atropelou, no dia 16 de dezembro de 1984, no acostamento, o menor Cleiton Fabiano Alves, de 6 anos de idade e sua mãe, deixando-os prostrados sem prestar-lhes auxílio.

O magno luiz considerou a condenação de 1 ano do réu, levando em conta que o mesmo era trabalhador e não tinha antecedentes criminais, e resolveu conceder os benefícios da suspensão condicional da pena aplicando norma do Novo Código Penal; impôs como condição para cumprir a pena em liberdade a prestação de serviço à comunidade. Sendo para junto ao Pronto Socorro do Hospital da Santa Casa de Londrina, onde presenciará o sofrimento de pessoas, como as que atropelou e não as socorreu. Isso lhe fará certamente pensar no erro cometido.

Pelo fato, ainda, do motorista estar embriagado por ocasião do crime, o sensato Luiz proibiu a frequência do réu a bares e a ingestão de bebidas alcoólicas.

Esta solução se constitui um excelente exemplo a ser adotado em casos semelhantes.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n. 195/85 – de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti e outros, que visa dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, conforme especifica.

Projeto este em regime de urgência aprovado por esta Casa desde 6 de novembro de 1985, através de requerimento de autoria dos nobres Deputados Orlando Pessuti e Paulo Furiatti, e encaminhado à Comissão Executiva em 13 de setembro de 1985.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a inversão para votação dos projetos constantes da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de aplausos e de confiança ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO, pela sua indicação para a Diretoria de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional de Habitação (B.N.H.).

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado

ciência ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento Urbano DENI SCWARTZ.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Toda a sociedade paranaense está exultante por tomar conhecimento da indicação de um de seus filhos para tão elevada função no Banco Nacional de Habitação. Teobaldo Vitório Machado, atualmente é Presidente da COHAPAR, cargo que vem exercendo desde o início do Governo José Richa, com grande sucesso, conseguindo inclusive o que parecia impossível, com a recuperação total daquela Companhia de Habitação do Paraná. Ao assumir, encontrou um déficit de CzS 2 milhões, hoje existe um superávit de mais de 20 milhões de cruzados, com crescimento assustador em todos os seus compartimentos, inclusive com a aplicação do Projeto "Mutirão" que, em pouco tempo de administração saneadora e eficiente, com recursos exclusivos do Estado, construiu mais de cinco mil casas a custo baixo em vários municípios, proporcionando ainda, a queda acentuada da inadimplência de mutuários que passam pagar em dia e em valores mais baixos, resolvendo problemas angustiantes de milhares de famílias.

Está de parabéns o Paraná, está de parabéns toda a comunidade paranaense, está feliz o Ministro Deni Lineu Schwartz pela escolha de mais um auxiliar que, certamente, contribuirá para engrandecer a equipe paranaense em todo o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Rafael de Almeida Magalhães e ao Sr. Presidente do INAMPS, Dr. Hésio Cordeiro, manifestando apoio às decisões tomadas pela categoria médica do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Em Assembléia Geral realizada no último dia 14, os médicos paranaenses tomaram uma série de decisões voltadas à defesa dos seus interesses, a saber:

1 — Repudiar a maneira com que o Ministério da Previdência e Assistência Social vem tratando a categoria médica.

2 — Rejeitar a Tabela proposta pelo INAMPS com valores reduzidos (3%) em relação a que está em vigência.

3 — Reiterar a reivindicação já feita anteriormente para que o INAMPS adote a tabela AMB como parâmetro dos pagamentos para os serviços prestados aos seus conveniados.

4 — Exigir a reposição dos valores pagos com deflação nos meses de janeiro e fevereiro.

5 — Insistir na viabilização efetiva da Sub-Comissão de Honorários Médicos, já programada, para coordenar os trabalhos de adaptação da Tabela AMB ao INAMPS.

6 — Desvincular honorários médicos de toda e qualquer conta hospitalar.

7 — Exigir do INAMPS que qualquer contrato com hospitais tenha assinatura de anuência do Diretor Clínico.

8 — Insistir na isonomia salarial para os profissionais que participarem das Ações Integradas de Saúde.

9 — Apoio ao movimento dos Anestesiologistas, pois, o

mesmo reflete na realidade a insatisfação generalizada de toda a categoria médica brasileira pela remuneração aviltante até então paga pelo INAMPS aos médicos conveniados.

10 — Decidir pela não paralisação imediata, considerando os efeitos negativos e prejuízos que advirão à população previdenciária.

11 — Dar um prazo de 30 dias a partir desta data para que o Ministério da Previdência e Assistência Social se manifeste.

12 — Manter em Assembléia permanente a Associação Médica do Pr.

13 — Esclarecer à população, através dos meios de comunicação, a situação real dos acontecimentos, bem como os valores pagos aos médicos pela Previdência Social.

Diante da justeza das questões, nada mais apropriado que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná manifestar-se a respeito. É o que solicitamos.

C/ Cópia para:

Dr. Antônio Celso N. Nassif, DD. Presidente da A.M.P.. Rua Cândido Xavier 575 — 80320 — Curitiba — PR.

Dr. Eudilson Mendonça, Rua Nagib Daher 451 — 86800 — Apucarana — PR.

Dr. Antônio José Marques, Rua Drongo 1077 — 86700 — Arapongas — PR.

Dr. Silvio Xavier, Av. Goioerê 1705 — 87300 — Campo Mourão — PR.

Dr. Lourival Teixeira dos Santos, Rua Rio de Janeiro 892 — 85800 — Cascavel — PR.

Dr. Marcos A. Dis Jorge Vasconcelos, Rua Presidente Kenedy 1869 — 85640 — Ampere — PR.

Dr. José Carlos Marcondes, Rua Quintino Bocaiuva 316 — 86300 — Cornélio Procopio — PR.

Dr. Edson Carlos Crema, Rua Professora Leonídia 1203 — 85100 — Guarapuava — PR.

Dr. Luis Javier Miranda McNally, Av. João XXIII, 2019 s/104 — 85870 — Medianeira — PR.

Dr. Orlei Kantor Junior, Rua Zeferino Bittencourt 1111 — 84500 — Irati — PR.

Dr. Juarez de Oliveira, Rua Bento Munhoz da Rocha Neto 947 — 87600 — Nova Esperança — PR.

Dra. Sônia Maria Zuma Juvêncio, Pça. João Gualberto s/n. — Centro de Saúde — 83200 — Paranaguá — PR.

Dr. Yolando Rocha Baptista, Rua Presidente Vargas n. 1011 — 86400 — Jacarezinho — PR.

Dr. Paulo Roberto Moita da Silva, Rua 1.º de maio n. 130 — 86100 — Londrina — PR.

Dr. Marco Antônio Araujo Rocha Loures, Rua Joubert de Carvalho 623 s/ 801 — 87100 — Maringá — PR.

Dr. Ivan José Cardoso Frey, Rua Dr. Camargo 4517 — 87500 — Umuarama — PR.

Dr. Osorio Massaaki Ogasavara
Rua Pernambuco, 1199
87700 - Paranavaí - PR

Dr. Antônio Motizuki
Rua Pedro Ramirez de Melo, 47 s/109
85500 - Pato Branco - PR

Dr. Messias Carneiro de Moraes
Rua Dr. Collares, 257 - 4.º andar
84100 - Ponta Grossa - PR

Dr. Marius Volney de Moraes
Av. Rio Grande do Sul, 1015
85960 - Marechal Cândido Rondon - PR

Dr. Licio Rivadavia Guimarães de Oliveira Portes
Rua Paulino Siqueira Cortes, 2304
83100 - São José dos Pinhais - PR

Dr. Francisco Natel de Camargo Neto
Rua Tenente Camargo, 1515
85600 - Francisco Beltrão - PR

Dr. Oswaldo Minoru Maruyama
Rua Chanceler Horácio Laffer, 112
84260 - Telêmaco Borba - PR

Dr. Zenor Luís Zuchi
Rua XV de Novembro, 1260
85900 - Toledo - PR

Dr. Wilton de Carvalho França
Caixa Postal 1232
84600 - União da Vitória - PR

Dr. Giro Nogao
Rua da Constituição, 489
87200 - Cianorte - PR

Dr. Jonatas José da Silva
Rua 19 de agosto s/n.
87360 - Goioerê - PR

Dr. Luiz Lauro Lacks
Praça General Carneiro, 344
83750 - Lapa - PR

Dr. Matheus José Cabral Campos
Rua 21 de abril, 131
85920 - Assis Chateaubriand - PR

Dr. Jaci Palmas
Rua D. Pedro I, 1364
85940 - Palotina - PR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, consubstanciado em apelo para que seja adotado em nosso Estado, na atual campanha de recadastramento

eleitoral, o sistema de Chancela, de acordo com o provimento 356, do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz tendo em vista aliviar o sistema atual, no qual um juiz eleitoral deve apor sua assinatura em todo o título eleitoral. Em cidades com um grande número de eleitores, uma medida desta irá facilitar e agilizar o sistema eleitoral em prol do recadastramento mais dinâmico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, a sugestão de que as Prefeituras Municipais do Paraná venham a ficar isentas do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, quando da aquisição de ônibus escolares, na conformidade do Convênio celebrado em 1.º de fevereiro passado, entre o Ministério da Educação e a Caixa Econômica Federal, criando o Programa Nacional de Transporte Escolar.

Tal solicitação prende-se ao fato de que em agosto do ano passado, quando apresentamos nesta Casa um projeto de lei criando o Programa Estadual de Transporte Escolar, a ser desenvolvido em conjunto entre as Prefeituras, a SEED e a SETR, estávamos justamente preocupados no sentido de que as Prefeituras Municipais viessem a ficar o menos possível oneradas com esse transporte de estudantes.

Por outro lado, estávamos alarmados com os altos índices de evasão escolar, em decorrência da precariedade no deslocamento dos estudantes da zona rural até aos centros urbanos para o prosseguimento dos estudos.

Sabedores da crítica situação financeira da maioria das Prefeituras Municipais do Estado, em decorrência da crise que o País atravessa, bem como diante do fato de que o Estado do Paraná é pioneiro também neste tipo de proposta, achamos extremamente feliz a iniciativa do ex-Ministro da Educação, Marco Maciel, viabilizando um Programa Nacional de Transporte Escolar, que dará o necessário suporte financeiro e material às Prefeituras na realização daquele oneroso encargo.

Quem, despreocupadamente der uma passada de olhos nos critérios e facilidades que o Programa cria na aquisição de ônibus escolares, facilmente verificará que se trata de uma medida extremamente salutar sob todos os pontos de vista, mormente no campo social, dando condições a que os escolares tenham assegurado seu transporte para o prosseguimento dos estudos. 6 por cento de juros ao ano mais a variação da OTN no período (se houver), da qual o Município só pagará 70 por cento, bem como 4 anos para pagar sendo um ano de carência, e a garantia única da CEF sobre o FPM ou o ICM do Município, é evidente que isto contribuirá decisivamente a que as Prefeituras comprem o quanto antes os seus ônibus escolares.

Por este motivo, para que os Municípios fiquem o menos possível onerados neste Programa, a isenção do ICM, de competência estadual, seria decisiva nos objetivos a que tanto o projeto de lei da criação do Programa Estadual de Transporte Escolar, com este Programa Nacional, ora sugerido pelo ME/CEF, se propõem.

A juventude do Paraná, futuro do Estado no amanhã,

não pode continuar na dependência da inexistência de meios materiais que lhe permitam o acesso à Educação e à Formação. A isenção ora proposta, do ICM na aquisição de ônibus escolares, será o primeiro grande passo em direção à garantia de ensino a todas as crianças em idade escolar.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às Suas Excelências, Ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; e Ministro Marco Maciel, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, pedindo providências dessas autoridades para que seja apressada a confecção dos novos catálogos telefônicos da região Metropolitana de Curitiba e do Sul do Paraná, regiões de Ponta Grossa e Guarapuava.

A Telepar promoveu, em maio de 1984, licitação para a edição de suas listas telefônicas, sob a forma de Carta Convite, quando a legislação em vigor (Lei 6874, de 3 de dezembro de 1980 e o Decreto 88.221/83), determina seja ela feita sob a forma de Concorrência Pública, pois os valores envolvidos atingem soma superior a 100 milhões de cruzados.

Houve uma licitação irregular, com evidentes prejuízos para os usuários paranaenses, quando da expedição da Carta-Convite n. 001/84 ODC, de 9/5/84.

Ficou evidenciada e comprovada a tentativa de fazer valer uma simples portaria, a de n. 189, de 20/10/83, passando por cima da legislação em vigor, esquecendo-se do comezinho princípio de hierarquia das leis.

Com esse procedimento, as concessionárias das comunicações no Paraná eliminaram as empresas editoras ABC-LISTEL, G.T.B. e OESP, que somaram maior número de pontos, mas ficaram de fora da Concorrência Pública que deveria ter sido realizada, em benefício da editora ECTB, que tem como diretor-presidente o ex-Ministro Euclides Quant de Oliveira e como um dos diretores o antigo diretor do Departamento de Listas Telefônicas da Telebrás, Roberto Ronaldo Pinheiro.

A ECTB foi classificada em primeiro lugar, justamente em função dos pontos que lhe foram atribuídos em razão do prazo de produção das listas telefônicas. A ECTB se apresentou como empresa capacitada tecnicamente para produzir tais listas dentro do menor espaço de tempo possível.

No entanto, a ECTB, numa demonstração inequívoca de sua incapacidade, contratou os serviços da ex-concorrente OESP, para que esta faça a produção gráfica das listas telefônicas da TELEPAR, COTELPA, CPT e SERCONTEL.

Vale lembrar que o Decreto 88.221/83, que regulamentou a Lei n. 6874/80, que trata da edição das listas telefônicas, conferiu ao Ministro das Comunicações a competência administrativa para ditar as normas e diretrizes reguladoras das licitações, mas não o autorizou a se afastar das regras ditadas pelo D.L. 200/67, que exige Concorrência Pública e não Carta-Convite, quando os valores envolvidos ultrapassam 500 salários-mínimos.

Diversas ações judiciais tramitam na Justiça Federal, em Curitiba, inclusive uma ação popular, para anular a indesejada "negociata" que favorece antigo Ministro de Estado e grupos econômicos alienígenos, em detrimento de capacitadas empresas nacionais do ramo.

Curitiba, quinta, em 17/04/86

Sugerimos que o Governo da Nova República mande processar, com urgência, uma auditoria, para levantar todas as irregularidades praticadas no processo de licitação Carta-Convite 001/84-ODC. Que, preliminarmente seja afastada a Comissão de Licitação envolvida. E, se comprovadas as ilegalidades, sejam exonerados, a bem do serviço público, os diretores e funcionários da TELEPAR, COTELPA e CPT implicados.

Essas medidas saneadoras são necessárias para que seja preservada a credibilidade do novo Governo junto à opinião pública nacional.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o soberano Plenário, o Deputado infra-assinado, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, MD Ministro dos Transportes, sugerindo ao mesmo que o viaduto, que servirá de acesso ao Núcleo Residencial Santa Paula, em Ponta Grossa-PR, seja denominado "Viaduto Engenheiro GUALTER OBERG".

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

JUSTIFICATIVA:

O passamento prematuro do jovem profissional de 29 anos, Engenheiro GUALTER OBERG, é lastimado ainda hoje pela comunidade pontagrossense. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, durante vários anos serviu a coletividade princesina com trabalho honesto, simplicidade e dedicação ímpar, junto à Secretaria de Obras do Município de Ponta Grossa, angariando não só a confiança de seus superiores e companheiros, mas, também, o respeito e admiração da comunidade.

Faleceu exercendo o seu cargo. Pela sua exemplar e elogiável participação para com o progresso da cidade de Ponta Grossa, nada mais justo que seu nome seja registrado e lembrado para sempre, por todos aqueles que passarem pelo citado viaduto.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 72/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Cristã de Comunicadores do Reino", com sede e foro em Londrina.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços no campo da assistência social e filantropia, à comunidade de Londrina e adjacências, nos termos do estabelecido em seus estatutos sociais.

A documentação anexa comprova o preenchimento das exigências legais, previstas na Lei n. 6994, de 10/01/78, reguladora, no Estado do Paraná, do Instituto de Utilidade Pública.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza receberá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 73/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica criado o Município de Aparecida do Oeste, com território desmembrado do Município de Tuneiras do Oeste, tendo sede na localidade do mesmo nome e seguintes divisas:

partindo da foz do afluente da margem direita do rio Goioerê até a foz de seu afluente da margem direita que é contravertente do córrego Adelaide, subindo por este afluente até encontrar a estrada de rodagem que liga Tuneiras-Campo Mourão pela linha divisória das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e pela aludida estrada, até a leitura da nascente do ribeirão Tonetti, de onde em reta por uma linha seca, alcança a cabeceira do mesmo ribeirão Tonetti, pelo qual desce até a sua foz no rio Goioerê.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Aparecida do Oeste foi criado em 29 de dezembro de 1961, conforme Lei n. 230/61, modificada pela Lei 7372, de 22 de outubro de 1980.

Em seu território de aproximadamente 11.100 alqueires paulistas vivem mais ou menos mil famílias que atuam nas variadas formas de atividades econômicas.

Contam-se em Aparecida do Oeste mais de trezentas casas na sede, sendo superior a trinta, as usadas para o desenvolvimento de atividades empresariais ou prestação de serviços.

A sede do distrito dista 13 quilômetros da sede do Município de Tuneiras do Oeste, aproximadamente 40 quilômetros da cidade de Janiópolis e 30 quilômetros de Moreira Sales.

A elevação do Distrito à condição de Município se constitui em medida de progresso, pois há um grande potencial a ser desenvolvido nas áreas da agricultura, da pecuária e da transformação industrial. Além destas, a atividade comercial também se expande notavelmente.

A educação é ministrada em uma escola estadual e em aproximadamente duas dezenas de escolas municipais atendendo somente na sede a centenas de alunos.

Como se vê no documento em anexo, fornecido pelo Escritório de Contabilidade Exactus S/C Ltda., o recolhimento é expressivo, podendo aumentar com a autonomia.

Outrossim, a maioria dos Senhores Vereadores do Município de Tuneiras do Oeste já manifestou o seu apoio pela emancipação pretendida por este plano de lei.

Esperamos, portanto, contar com a aprovação deste projeto, com o que se atenderá justa reivindicação da operosa população de Aparecida do Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de hoje, gostaríamos de, nesta Casa de leis, tecer comentários a respeito do propalado escândalo dos dólares envolvendo o Banco Del Paraná, para mostrarmos a esta Casa e debatermos juntos uma afirmativa que quero deixar clara aqui porque quero voltar ao assunto.

Não há envolvimento do Governo do Paraná, do Banco do Estado do Paraná e nem mesmo do Banco Del Paraná com o episódio dos dólares no Paraguai.

No entanto, Sr. Presidente, como noto a ausência neste plenário dos principais acusadores deste embate e pela farta documentação que temos em mãos para podermos questionar e debatermos este assunto, deixaremos para outra oportunidade quando pudermos contar com a presença dos acusadores do Estado do Paraná que em nada têm contribuído para valorização do nosso Estado, pelo contrário, têm buscado em cima de artifícios formas de desconceituar este extraordinário Governo, deste extraordinário Estado.

Portanto, queremos não um pronunciamento para um plenário vazio, mas sim um debate com aqueles que responsabilmente denigrem a imagem do Paraná no cenário nacional.

Queremos também, neste dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, usar desta tribuna em nome da Bancada do PMDB, na antevéspera do dia 21 de abril, para fazer uma homenagem ao 1.^o aniversário de morte de Tancredo Neves.

Se hoje olharmos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a guinada no curso da história na forma de administração no campo econômico deste País, indubitavelmente, vamos perceber que repousa sobre a lápide de Tancredo Neves um novo Brasil que haveremos de construir para todos os brasileiros.

Se passarmos a voltar os olhos para o passado, analisando a figura deste político, que mais que um político foi um estadista, um homem dedicado ao desenvolvimento social do nosso País, vamos perceber que aquela figura extraordinária de homem público soube, no determinado momento da nossa história, incitar o povo brasileiro para propiciar as mudanças que o País necessitava.

Vamos perceber na campanha das diretas uma das maiores manifestações de auto-afirmação do civismo brasileiro, vamos perceber que foi o reencontro da Nação brasileira consigo mesmo, para poder construir pedra a pedra a Nação que queremos.

Vamos perceber na figura de Tancredo Neves, quando sentindo que a Emenda Dante de Oliveira iria ser derrubada no Congresso Nacional e fugir das mãos o sonho de construir uma Nova República, teve a coragem e o discernimento para, uma vez mais, voltar às praças, para conclamar com os partidos, para conversar com a Oposição de ontem e procurar uma forma de poder implodir o Colégio Eleitoral e construir um futuro melhor, uma Nação mais democrática, mais social e mais humana e, a partir daí, a sua crença e a sua morte. E a partir daí a posse de José Sarney como Presidente da República e a partir desta posse, o cumprimento dos compromissos traçados, alinhavados, costurados antes da morte de Tancredo e, talvez, o grande fato econômico desta Nação que vivemos hoje, que lutamos hoje e

queremos que seja realidade hoje e que 130 milhões de brasileiros lutam lado a lado para construir, que esteja sintetizada numa frase de Tancredo, essa sua frase, antevendo talvez o desdobramento político econômico e social da Nação, foi dita que nos serve hoje para podermos nos sustentar a ela e encontrarmos coragem para continuar mudando o conceito de Administração Pública.

É mister, que prevaleça sobre o medo, decorrente da antecipação de riscos a confiança de que seremos capazes de instalar a esperança no futuro do Brasil.

Veja, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Tancredo nos dizia que é mister que prevaleça sobre o medo, decorrente da antecipação de riscos, a confiança de construirmos um País.

Hoje, aves de mau agouro, existem políticos preocupados com projetos pessoais, existem homes apostando na derrocada das mudanças instaladas nesta Nação. Aves de rapina continuam tentando insuflar na mente do brasileiro o medo antecipado de medidas corajosas que visam construir uma Pátria mais justa, mais humana e mais cristã. Em cima da frase de Tancredo Neves, queremos, neste dia, em que fazemos a homenagem de nosso Partido, na saudade da sua ausência, dizer que continuamos acreditando que é mister que se corra riscos, para poder fazer a Nação prosperar.

Tancredo também nos dizia, na certeza talvez de acreditar que o povo brasileiro saberia corresponder ao chamamento de uma nova ordem jurídica, social e econômica, que a Nação brasileira estaria com ele no momento das transformações sociais que essa Nação pedia, dizia-nos Tancredo, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita o ódio. É sobre a imagem de Tancredo Neves, dessa figura que entra para a história de nossa Nação, como a divisão do ontem, do hoje e do amanhã da nossa Pátria, que a nossa Bancada, ressentida pela sua ausência, deposita nas linhas de conduta traçada por esse grande artífice da Nova República, a certeza de que o Presidente José Sarney haverá de levar adiante, este plano de governo capaz de devolver à Nação brasileira a possibilidade de acreditar no seu futuro.

O Sr. Antônio Belinati — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Caíto Quintana, a quem nós prestamos nosso respeito e admiração, em nome do Partido Democrático Trabalhista — PDT, queremos fazer coro às palavras de Vossa Excelência, em nome do PDT, queremos, nesta tarde, igualmente reverenciarmos a memória do saudoso grande estadista Tancredo Neves.

Com respeito, a homenagem do PDT, deste Poder Legislativo, à memória de Tancredo Neves.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte, nobre Deputado.

Temos certeza que todos os homens que queiram a justiça social na sua Nação, sob hipótese alguma poderiam deixar de, neste dia 21 de abril, sentir e lembrar que as pregações de Tancredo, Graças a DEUS, não foram para a sepultura com ele, pelo contrário, brotaram exatamente na sua imagem, na sua saudade, na certeza de que precisamos reconstruir a Nação brasileira somando o esforço de cada um de nós, para podermos dar seguimento a este trabalho extraordinário, desse extraordinário homem público.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Neste momento em que Vossa Excelência fala de uma figura ilustre, nós lembramos o grande estadista que foi o professor de Tancredo Neves, Getúlio Vargas.

Queríamos dizer a Vossa Excelência, ao Paraná e ao Brasil, os nossos reconhecimentos a Vossa Excelência e a Tancredo Neves, que surgiu com Getúlio Vargas, um dos maiores estadistas que o Brasil teve.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradecemos o aparte, nobre Deputado.

Sr. Presidente, um minuto para concluir. Agradeço o aparte, nobre Deputado, na certeza que Vossa Excelência, hoje integrante da Bancada do PTB nesta Casa, haverá de somar com as forças progressistas desta Nação, para podermos cumprir aquilo que homens da postura de Tancredo e de Getúlio nos deixaram como herança.

E terminamos, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, avaliando a profundidade de uma outra frase que Tancredo nos deixa e que nos serve para reflexão, como políticos, como homens e como seres humanos, dizendo, Srs. Deputados, que “enquanto houver neste País um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa”. E na certeza da avaliação disso que aqui é dito, e na certeza de sabermos que o mundo nunca será perfeito, esta frase nos diz que, por mais avanço que possamos conseguir, nunca poderemos deixar de lutar, porque esta meta há de ser perseguida a vida inteira, por toda a humanidade co-responsáveis pelo desenvolvimento no mundo.

O Sr. Edgard Pimentel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Caíto Quintana, a nossa intervenção é apenas para participar desta homenagem que Vossa Excelência presta nesta Casa, na tarde de hoje, à figura do eminente estadista de saudosa memória, Presidente Tancredo Neves.

Embora a Nação brasileira esteja muito longe das conquistas desejadas pelo seu povo, pela sua gente, efetivamente o grande estadista Tancredo Neves, escreveu uma das mais lindas páginas na história deste País. É procedente, é oportuno, o discurso que Vossa Excelência faz, hoje, da tribuna desta Casa, na homenagem ao passamento que já faz um ano, de Tancredo Neves.

E queremos, nesta oportunidade, nos associarmos às homenagens que Vossa Excelência presta, e, entendendo eu, interpretar o pensamento e o desejo de todos os Deputados que têm assento nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte, Sr. Presidente, lembrando a intervenção do querido Deputado Gabriel Manoel: dois estadistas, muitas frases de Tancredo e uma na Carta de Getúlio, nobre Deputado Gabriel Manoel: “Que as aves de rapina continuam a sugar o sangue dos brasileiros”.

Estejamos preparados, nobres Deputados, de carabinas a postos, para derubarmos as aves de rapina que ainda tentam sugar o sangue de nossa gente.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria, em nome da Bancada do PMDB, ser solidário a Vossa Excelência quando se fala do grande estadista Tan-

credo Neves. Parabenizo Vossa Excelência e também quero, em nome da Bancada, representado aqui como Líder, somar com os pronunciamentos de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, pela benevolência do horário aqui concedido. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa registra a presença em nosso plenário do ex-Deputado Tadeu Sobocinski. Também do suplente de Vereador de Cianorte, Benedito Rotta, das presenças de Elc Garcia, Vanderley Machado, Diretor do Sindicato de Assistência Social do Paraná.

Concedo a palavra à Representação do PDT.

Ausente, concedo a palavra à Representação do PDS.

Ausente, concedo a palavra à Representação do PFL.

Ausente, concedo a palavra à Representação do PCB.

Falará, pelo Partido Comunista Brasileiro, o Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, para registrar e solicitar o apoio dos integrantes deste Poder, para o requerimento de nossa autoria que solicita o envio de Telex ao Sr. Ministro da Previdência, e ao Sr. Presidente do INAMPS, manifestando o apoio desta Assembléia às decisões tomadas pela categoria médica do Estado do Paraná, em assembléia realizada no último dia 14, segunda-feira.

Diante dos acontecimentos que vêm ocorrendo, em relação às novas alterações na área da Previdência Social, algumas medidas vêm trazendo dificuldades e prejuízos para o trabalho da categoria médica e do trabalho com os hospitais.

Nós estivemos presentes à assembléia realizada na Associação Médica, nesta segunda-feira, quando tivemos a oportunidade, inclusive, de argumentar junto à categoria presente, e representação de todo o Estado, no sentido da não aprovação de uma medida de paralisação de suas atividades ou de descredenciamento geral, da categoria, em relação ao INAMPS.

Defendemos, naquela oportunidade, o mesmo posicionamento que adotamos na recente VIII Conferência de Saúde, realizada em Brasília, mas apoiamos algumas das reivindicações da categoria, particularmente na que diz respeito a uma tabela de pagamento de honorários condizente com o seu trabalho.

E, na justificativa do nosso requerimento, nós relacionamos os 13 itens, decisões aprovadas pela assembléia a que me refiro. Permaneceu o bom senso e o espírito de diálogo, que decidiu por um prazo de 30 dias para que haja, continue havendo, as negociações de alto nível, criadas pela Comissão de alto nível, entre Ministério da Previdência, INAMPS, Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos.

É nesse sentido, portanto, que achamos que é oportuno que este Poder se manifeste a respeito, uma vez que a essência das reivindicações visa melhores condições de trabalho para uma melhor qualidade de trabalho na assistência médico-hospitalar, no Estado do Paraná.

Não há, na nossa opinião, conflito maior com as novas linhas diretrizes com a Assistência Médica da Previdência Social, há sim, algumas questões a serem ajustadas.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, novamente volto a esta tribuna, para comentar em relação às eleições em dois turnos, para Governador, este ano.

Não sei se todos tomaram conhecimento, mas ontem, a Ordem dos Advogados do Brasil, em Parecer aprovado pelo seu Conselho, dirigido ao Congresso Nacional, e ao Supremo Tribunal Eleitoral, manifestando a sua opinião de que as eleições em dois turnos devem ser a regra em todos os Estados.

Ainda ontem, o Ministro da Justiça, o Sr. Paulo Brossard, remeteu ao Tribunal Superior Eleitoral um instrumento legal de trabalho, dizendo que cabe obedecer, nas eleições deste ano, o mesmo espírito da Emenda de 25 de maio do ano passado, que estipulou, introduziu a eleição em dois turnos para a Presidência da República.

Lamentavelmente, ainda vivemos em situação de impasse. É, inclusive, sugestão do articulista Carlos Chagas, que uma das maneiras de apressar essa definição, de estabelecer definitivamente as regras do jogo, seria as Assembléias Estaduais aprovarem as adequações que as instituições estaduais têm que fazer em relação aos dois turnos. É a sugestão do articulista Carlos Chagas. E se isso já estivesse ocorrido não se estaria vivendo, ainda a essas alturas do ano, o impasse criado. Apelamos então, diante destes novos fatos, apelamos para que a Mesa desta Casa coloque na Ordem do Dia, como já fizemos através de requerimento de urgência que foi aprovado na semana passada, a Emenda à Constituição do Estado, que justamente vem atender a essa situação de impasse e com isso nós acreditamos, o Paraná passa a ter um peso importante na definição que já se faz por sentir.

E por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar com estranheza os fatos ocorridos ontem em Londrina. Naquela cidade, as notícias que nos chegaram agora, ainda no começo da tarde, registram que a Polícia Federal, arbitrariamente, sem o necessário instrumento legal, mandado de segurança ou coisa que o valha, invadiu a segurança de um daqueles cinco participantes do fracassado assalto ao Banco de Salvador, coagiu os integrantes da família, vem procurando obter informações, ou seja, na forma habitual que na Velha República, nos tempos da ditadura, a Polícia Federal fazia.

Nós achamos que temos que registrar isso na tribuna desta Assembléia, repudiar este tipo de ação, da mesma forma como ratificamos e reafirmamos o nosso posicionamento de condenação ao episódio de Salvador, porque não contribui, decisivamente não contribui para a consolidação e o avanço da democracia e abre, inclusive, espaços para que setores reacionários e turbulentos do passado voltem a agir. Concretamente, é o que está acontecendo em Londrina. Ontem, ainda, a "Folha de São Paulo" traz depoimento do próprio pai deste rapaz, que estando em Salvador, teria registrado em comportamento da Polícia de Salvador desrespeitoso, não condizente com o espírito de respeito aos direitos humanos. E hoje eu soube aqui, em Londrina, junto aos familiares do Lemos, estaria ocorrendo a mesma situação, inclusive tentando forçar alguma vinculação entre jornalistas da "Folha de Londrina" e o próprio rapaz.

Particularmente, o caso de dois analistas, Rossana Bont, jornalistas da editoria política da "Folha de Londrina", inclusive, que é a Presidente do Comitê Londrinense de solidariedade à Nicarágua, e o jornalista João Arruda. E utilizando o nome destes jornalistas, através de telefonemas, procurando captar informações justo aos integrantes do Partido dos Trabalhadores, em Londrina.

Em nossa opinião, isso merece da parte deste Poder, uma estranheza e uma repulsa. Merece com que solicitemos ao Ministério da Justiça que coloque nos eixos a sua Polícia Federal, trazendo às falas os responsáveis e exigindo a averiguação sim.

na profundidade das reais implicações do episódio de Salvador, mas com respeito aos direitos humanos. Creio que é a nossa manifestação que vimos novamente trazer a este Poder.

Concedo aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana — Deputado, não conheço os fatos que Vossa Excelência traz, que dizem respeito aos direitos humanos. No entanto, o Código Penal Brasileiro é específico dizendo que a autoridade judiciária ou policial independe de mandado de segurança para averiguação de fatos.

E eu me preocupo profundamente com a averiguação de fatos, até porque o assalto a banco é uma questão ainda a ser definida pela Justiça brasileira, se ele tem cunho político, ou se é crime de responsabilidade dos envolvidos, um crime ou um assalto pessoal por parte deles.

Acho isso importante, que se fique definido nesta quadra que nós vivemos, na vida nacional, para que não se privilegie assaltantes comuns, com crime político, e vice-versa.

E mais ainda, nobre Deputado, porque creio que a elucidação desse fato deva ser feita com profundidade, até para não tumultuar o processo de democratização brasileira. Porque, se por um lado nos despedimos com grande alegria da direita conservadora, por outro lado, sob hipótese nenhuma, poderemos permitir que o terrorismo venha a tomar conta da Nação brasileira, prejudicando o andamento democrático de nossa Pátria.

Então, quanto a preocupação de Vossa Excelência de ferir direitos humanos, somos solidários, mas esperamos que a Justiça vá com profundidade no conhecimento do fato, e que, doa a quem doer, porque uma coisa que aqueles que querem a verdade a implantação do sistema jurídico e político, nessa Nação, duradouro, não poderá admitir, é que nem a direita retorne, mas também, sob hipótese alguma, que atos terroristas venham acontecer com a complacência da Legislação nacional.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço ao Deputado Caíto Quintana, e peço mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) A Mesa concede mais dois minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Como da nossa interpretação dos fatos, e também da vontade de que se elucide e se puna os responsáveis, é evidente. Agora, jamais dando terreno para que seja de orientação de qualquer lado do aspecto político que nós vivemos, mas que se dê margem para um processo de desestabilização, do processo democrático, que nós ainda vivemos numa fase de consolidação.

Concedo o aparte ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento, e expresso minha solidariedade à família do estudante, ao mesmo tempo aos funcionários da "Folha de Londrina", porque houve uma tentativa do envolvimento deles com este assalto.

É por último, nobre Deputado, para dizer que tem muito banqueiro assaltando o povo brasileiro, dia e noite, e eu não vi nem um banqueiro ir para a cadeia.

Não estamos aqui para defender nenhum assalto a banco, mas seria bom que a mesma lei que pune aquele que invade uma agência bancária, punisse também o banqueiro que explora o nosso povo brasileiro.

O meu apoio ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Muito obrigado, nobre Deputado. Concedo o aparte ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Deputado Márcio Almeida, é visto que as injustiças que se cometem neste País são grandes. Mas, fatos dessa natureza têm que ser repudiados, têm que servir de exemplo ao País. Quando o Deputado Belinati levanta a questão que os banqueiros estão enriquecendo e não vão para a cadeia, mas, se esquece o Deputado Belinati que as mudanças vieram através do Decreto Sarney, e que hoje os bancos não abusam mais do povo brasileiro, como estavam abusando.

E, lamentavelmente, o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do PDT, e o Senador Saturnino Braga, foram os primeiros a criticar o Presidente Sarney, por esse ato que levantou a situação brasileira e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Bem, agradeço à Mesa, no sentido de estender o nosso tempo, e espero que os fatos não venham em prejuízo...

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra à representação do PTB.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento, neste mês de abril, onde a esperança brasileira retoma ao passado ao lembrarmos o aniversário do grande líder brasileiro Getúlio Vargas, o homem que dizia que o PTB é uma "revolução em marcha", o homem que dentro de um Brasil grande, tomou-se maior porque a sua memória, as suas idéias, por intermédio de Tancredo Neves, e dos seguidores do PTB, Partido em que hoje tenho a honra de pertencer, onde comecei a minha caminhada política.

É uma satisfação ao dizer ao meu Paraná: Getúlio Vargas, o grande mestre, homem que transformou a mentalidade brasileira, que transformou a mentalidade dos trabalhadores do Brasil, que deu à mulher brasileira...

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Gabriel Manoel, infelizmente, cortando o raciocínio de Vossa Excelência, mas para ser rápido, gostaria unicamente neste momento, de saudar Vossa Excelência, que, na vivência de homem público de tantos e tantos anos, na coerência de suas ações, de seus pensamentos, faz hoje parte de uma nova bancada na Assembléia Legislativa do Estado, ingressando nas fileiras do PTB, partido de tradição na defesa intransigente do povo mais sofrido brasileiro.

E tenho a certeza que contaremos nesta Casa com a sua voz, com seu trabalho, com sua dedicação, defendendo a bandeira petebista, que nada mais é do que a defesa intransigente da igualdade social na Nação brasileira.

Parabéns, Deputado Gabriel Manoel, pela sua estréia nesse novo Partido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, não justifica, mas agradeço, nobre Líder do PMDB, porque unidos afora de partido, haveremos de dar lenitivo dentro de nossas possibilidades ao povo sofrido do Brasil.

E é neste momento que, dentro da euforia que tenho em

meu ser, de ter começado a minha carreira política no PTB, terminando com os companheiros aliados de vosso Partido, com os ilustres Deputados Fuad Nacli e Erondy Silvério, haveremos de dar uma demonstração de que aquela carta de Getúlio Vargas, que deu o seu sangue, o seu holocausto ao povo brasileiro, que deu orientação ao grande Presidente Tancredo Neves...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento)

Não queria interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência, mas para que os Anais registrem o nosso pensamento, que é um pensamento de toda a Casa, como bem disse o nobre Deputado Caíto Quintana.

Eu acho, na minha opinião, é que o Partido Trabalhista Brasileiro sai engrandecido com o ingresso de Vossa Excelência em suas fileiras, que Vossa Excelência em suas fileiras, que Vossa Excelência tem uma tradição de um homem público no Paraná.

Vossa Excelência iniciou a brilhante, fulgurante, intrépida, destemida carreira política exatamente onde vai terminá-la. Prova maior da coerência de um homem público, Vossa Excelência não poderia dar, do que esse gesto de terminar a sua carreira, a sua vida pública exatamente no Partido onde a iniciou — Partido Trabalhista Brasileiro.

E o que fez Vossa Excelência nessas três décadas de vida pública?

Vossa Excelência sai pobre, porque é honesto, mas sai Vossa Excelência rico em amizades, eis que Vossa Excelência nunca esqueceu os amigos, Vossa Excelência nunca deixou de lado o povo humilde, o povo pobre e necessitado; as portas do gabinete de Vossa Excelência, as portas da residência, do lar de Vossa Excelência sempre estiveram escancaradas ao povo bom que sempre o procurou nas horas mais difíceis.

Perde, toda uma região do Paraná, uma região das mais tradicionais do Estado, região que deu ao Paraná grandes políticos, grandes administradores, perde, essa região do Norte Pioneiro, um lídimo representante, um homem que, durante duas décadas nesta Assembleia Legislativa soube impor-se perante seus Pares, pela coragem, pela coerência, pelo espírito público, pelo companheirismo e acima de tudo, pela lealdade, coisa tão difícil nos dias que correm é a lealdade.

Vossa Excelência pode ter todos os defeitos do mundo, mas é leal, é coerente, é valente, é lutador, Vossa Excelência honrou esta Casa.

E nós vemos, entristecidos, a decisão de Vossa Excelência em abandonar a vida pública. É um repouso merecido, todos nós reconhecemos, é um guerreiro que sarilha as armas, depõe as armas com as quais ele lutou por tantos anos, em benefício do povo, em benefício de uma região.

Lembro-me quando Vossa Excelência aqui chegou, chegamos juntos, em 1966, como Vossa Excelência lutou pela Rodovia Parigot de Souza, Vossa Excelência brigava, fez inimizados dentro do então Governo para que aquela estrada fosse então efetivamente concluída, asfaltada, porque ela seria, como é e como foi, a redenção do Norte Pioneiro do Estado. Oxalá os homens que o substituirão, possam ter o mesmo empenho, a mesma dedicação, a mesma lealdade, o mesmo amor ao seu povo, como Vossa Excelência demonstrou, nesta Casa.

Vossa Excelência não precisa homenagear Getúlio Vargas, não. Vossa Excelência é tão bom quanto Getúlio Vargas, tão bom, guardadas as dimensões, não creio que Getúlio Vargas

tivesse melhores qualidades pessoais, cívicas e morais, do que Vossa Excelência. Vossa Excelência não precisa homenagear ninguém.

Leve isto, não partindo de um amigo pessoal como sou, mas de um homem público que observa a atuação dos homens públicos. Vossa Excelência não precisa homenagear nenhum homem público, neste País, porque nenhum lhe leva a palma, nenhum. Nenhum tem melhores e maiores qualidades pessoais do que Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço ao meu companheiro, amigo Erondy Silvério, e neste momento quando temos homens da estirpe de Vossa Excelência, é que nos anima a continuar acreditando nesta vida tão bela que Jesus nos deu, nesta vida onde os homens de boa vontade leem o Salmo 23 “O Senhor é meu Pastor e nada me faltará”.

Muito agradecido, Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Justiça não se agradece.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Quero parabenizar Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, ilustre Deputado, pelo seu ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro.

Existe um velho ditado popular: “O bom filho à casa torna”.

Vossa Excelência retorna às suas origens, evidentemente, com certas mudanças. Certas mudanças que, às vezes, o PTB de hoje não segue a filosofia que era do grande Getúlio Vargas. Acho que, quando Vossa Excelência presta a homenagem a Getúlio Vargas, Vossa Excelência está dando exemplo de um grande brasileiro no Paraná e no Brasil inteiro.

Quero que Vossa Excelência saiba que, neste momento, quando se pronuncia nesta Assembleia Legislativa do Estado, Vossa Excelência me lembra o saudoso Deputado Domicio Scaramella, que foi também um grande companheiro, que sempre hasteou a bandeira do PTB, e terei a certeza que Vossa Excelência haverá de dar continuidade neste Parlamento, junto com os Deputados Erondy Silvério e Fuad Nacli. A nossa solidariedade a Vossa Excelência, e ainda na certeza e na credibilidade que o PTB haverá de dar a sua retomada, criando a sua credibilidade do passado, trazendo os interesses, buscando soluções para o nosso Estado, como Vossa Excelência o fez até o dia de hoje.

Eu lhe parabeno, Deputado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço a Vossa Excelência, pelas palavras confortadoras, como ao Deputado Erondy Silvério.

Nós tínhamos no PTB, figuras ilustres como Antônio Annibelli, figuras como Léo de Almeida Neves, como Dalcanalle. Homens que não queriam outra coisa a não ser o bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

E é por isso que, recordando, quando vim a esta Assembleia, Deputado Erondy Silvério, trazido pela mão do grande mestre Anibal Khury, que solicitou a minha candidatura, a candidatura de um turco vendedor de chita.

E neste momento em que eu faço extrapolar as minhas idéias, o meu contentamento de estarmos aqui unidos num só pensamento. E por que não dizer, como disse o Caíto Quintana,

tana, contra os argumentos das aves de rapina, contra os homens que não querem se curvar à realidade política brasileira. Contra os homens, Deputado Erondy Silvério, que jogam só por uma parcela, pelo bem-estar pessoal.

E neste momento em que Getúlio Vargas faz aniversário, eu agradeço a Vossa Excelência de ter me convidado para ingressar no meu partido. Preenchi um vazio, e quero dizer a Vossa Excelência, não tenho candidato a Governador. O meu candidato será o candidato do nosso Partido. O meu candidato que irei trabalhar, será o nosso candidato.

Agradeço de coração aos companheiros que me toleraram por estes 20 e poucos anos. Agradeço ao meu amigo Aníbal Khury, nosso Secretário, por ter tolerado as minhas impertinências e por ter me trazido aqui, ter-me feito vender 10 lojas para sair pobre da Assembléia.

O Sr. Antônio Annibelli — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado Gabriel Manoel, hoje é um dia histórico para esta Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência assumindo esta tribuna pela sigla do Partido Trabalhista Brasileiro, este partido que foi o anseio do povo brasileiro, na figura de Getúlio Vargas. Este Partido que teve Souza Naves, como o maior líder deste Estado, que teve um Nelson Maculan, que teve um Dalcanelle, que teve tantos outros, Domício Scaramella, este símbolo da Assembléia; que teve Waldemar Daros, que por um projeto de nossa autoria, este Plenário, e através daquela placa, chama-se "Plenário Waldemar Daros".

Sinto-me feliz, Deputado Gabriel Manoel, por vê-lo voltar às origens, às origens de um Partido que muito fez por esta Pátria, um Partido em que os trabalhadores brasileiros acreditavam, o nosso PTB.

Um PTB do meu pai, Antônio Annibelli, não o PTB de Ivete Vargas, mas o PTB de Leonel Brizola naquela época. E eu estive com Leonel Brizola, naquela época, pedindo para que ele ficasse no PTB que, hoje também, eu talvez estivesse no PTB. Mas, aquele PTB sério, como é o do Deputado Erondy Silvério, como é o do Deputado Fuad Nacli, como é o seu PTB sério. Este PTB do Paraná e o Paraná que fez histórias, através do PTB.

Por isso, Deputado Gabriel Manoel, eu vejo este PTB renascer das cinzas do passado, mas com gente séria como são Vossas Excelências que hoje honram esta Assembléia, pelo vosso passado de tradições e de lutas. Este PTB passa a ser confiável neste Estado, e tenho certeza, quando Vossa Excelência disse que o PTB não tinha candidato a Governador, eu tenho certeza que terá, porque terá um candidato, um homem sério da estirpe de Álvaro Dias.

Tenho certeza que este PTB sério, este PTB de Fuad, de Erondy e de Gabriel Manoel, ou quem sabe de outros colegas nossos da Assembléia, o PTB terá um caminho sério e certo a seguir. Este partido terá no companheiro Álvaro Dias um grande lutador, um homem simples, um homem que nasceu como Vereador, foi candidato a Prefeito de Londrina, Deputado Estadual e honrou esta Assembléia, Deputado Federal mais votado neste Estado, é o nosso Senador, é um homem que não tem paranaense que não conheça Álvaro Dias de norte a sul, de leste a oeste, que apertou a mão deste jovem que, se Deus quiser, continuará a obra de José Richa, este grande Governador e o maior governador de todos os paranaenses que tem feito, neste Estado, uma obra redentora.

Curitiba, quinta, em 17/04/86

Por isto, eu o cumprimento, Deputado Gabriel Manoel, e sinto, me considero um colega seu, mas um humilde colega que respeito como se fosse meu pai, pela sua idade, mas que hoje Vossa Excelência eu passo a respeitar muito mais pelo seu passado e, principalmente hoje, por voltar às origens, num partido sério que se forma no Paraná, novamente este PTB, que era de Getúlio Vargas, que teve em Tancredo Neves também o seu ajudante. Que teve em Domício, Daros, Dalcanelle e teve nestes homens que honraram nosso passado e que Vossas Excelências, se Deus quiser, farão com que a história os leve para este partido de homens sérios que somente lutaram a favor do trabalhador do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e esquecemos ao agradecer o aparte de Vossa Excelência e tantos homens ilustres que nosso PTB tinha naquela época, de João Goulart, Gomes Silva, homens que como seu pai honraram as tradições brasileiras.

E é neste momento que meu sangue fervilha, porque vejo que o PTB está renascendo. Está renascendo aqui no Paraná junto com a sua Comissão Executiva, e aqui na Assembléia homens com o gabarito de Erondy Silvério e Fuad Nacli. E ao meu povo de ontem para cá, tenho a satisfação de pertencer ao partido da minha origem, e se meus companheiros resolverem apoiar o insigne Senador Álvaro Dias, nós seremos o soldado da fronteira para levar a cabo a aspiração do povo paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Gabriel Manoel, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Fuad Nacli para liderar a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, nesta Casa de Leis. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a inversão para votação dos projetos constantes da Ordem do Dia, marcada para a Sessão de hoje. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 51/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 47/86), que cria a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições e finalidades que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — (Public. no D.A. n. 23, de 08/04/86, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 51/86

ODENI MONGRUEL — Relator

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem n. 47/86, tem como objetivo a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições e finalidades que especifica, concernentes às áreas do trabalho e assuntos comunitários, bem como a abertura de um crédito de Cz\$. 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzados) para atender as despesas de implantação e manutenção da nova Pasta.

Atualmente essa tão importante e significativa atividade do Estado vem sendo atendida pela Secretaria Extraordinária do Trabalho e Assuntos Comunitários que, em conformidade com o disposto no Art. 14 da Lei n. 6636/74, foi instituída pelo Decreto n. 15, de 15/11/83.

Diante disso e do fato de a Pasta em tela vir desempenhando com eficácia as incumbências a ela atribuída, constata-se a necessidade e conveniência administrativa no sentido de doar à estrutura do Estado de uma Secretaria permanente.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator
— Aprovado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem)

Gostaria de ser informado do conteúdo justificatório da criação dessa nova Secretaria. Gostaria, se a Mesa poderia ler, de saber os motivos que levam o Poder Executivo a criar essa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa comunica a Vossa Excelência que as razões da criação da Secretaria do Trabalho estão contidas no Diário da Assembléia de hoje, ao final, nas últimas três folhas do Avulso.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Obrigado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 46/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO DIABÉTICO JUVENIL — APAD, com sede e foro na Comarca de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Public. no D.A. n. 16, de 25/03/86)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 46/86

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a “Associação Paranaense do Diabético Juvenil - APAD”, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo Autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 338/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de Utilidade Pública a entidade DESAFIO JOVEM DE PARANAGUÁ — DEJOP, com sede e foro no Município de Paranaguá. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n. 143/85, de 11/12/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 338/85

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a entidade “Desafio Jovem de Paranaguá - DEJOP”, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A Justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
IVAN GUBERT — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 318/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Jardim Alegre. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado. (Public. no D.A. n. 137/85, de 03/12/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 318/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”. com sede e foro no Município de Jardim Alegre.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6994, de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
MÁRIO PEREIRA — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 309/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina “JOSÉ PEREIRA DA SILVA”, a rodovia estadual que liga a sede do Município de Ribeirão Claro a Porto Emigdão. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. — (Publicado no D.A. n. 131/85, de 25/11/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 309/85

PARECER

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo denominar de "JOSE FERREIRA DA SILVA" a rodovia estadual que liga a sede do município de Ribeirão Claro a Porto Emigdão.

Tratando-se de rodovia estadual, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional para a sua normal tramitação.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 16/86, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "MISSÃO A VOZ DOS MÁRTIRES", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo. (Publ. no D.A. n. 06, de 04.03.86).

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 319/85, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que denomina de "RODOVIA ISSA JABUR", a Rodovia PR-450, no trecho que interliga os municípios de Centenário do Sul a Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 279/85, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças os imóveis de sua propriedade, constituídos dos lotes n. 6, 7 e 8 da quadra n. 26, do perímetro urbano daquela cidade, com área de 1.575m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA. Em discussão o projeto. Em votação a emenda. Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 266/85, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO DETRAN DO PARANÁ", com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 263/85, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO IPARDES", com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 262/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARDIM ALEGRE" — APAE, com sede e foro em Jardim Alegre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 74/85, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão e outros, que concede o título

de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Sra. Marly Macieira Sarney. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 303/85, de autoria do Deputado Jorge Maia, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO ENFERMO", com sede e foro em Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 331/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO EDUCANDÁRIO BRANCA DE NEVE", com sede e foro no município de Sertãozinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 221/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 171/85), que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte 1 (um) cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Museu, símbolo 1-C, que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. Em discussão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Para discutir) — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Mesmo estando proibido de discursar, não poderia calar-me com relação, não ao projeto em si, que cria o cargo de Diretor de Museu Símbolo 1-C para o Estado, da Secretaria da Cultura e Esporte, até porque já votamos favoravelmente à criação deste cargo. Mas, a aprovação da emenda criando mais 5 novos cargos de Comissão, DAS-5, de Assessor Parlamentar, especificamente para a Secretaria da Assembleia Legislativa, causa-nos surpresa e espécie. Causa-nos surpresa, porque a Assembleia Legislativa já possui cerca de 1.500 a 1.600 funcionários, aproximadamente, muitos de alto nível técnico, considerando, inclusive, desnecessário...

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu estou achando, que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado está fugindo totalmente do que diz o Projeto de Lei n. 221/85. O projeto se diz com relação à Secretaria da Cultura e Esporte. O Deputado está envolvendo a Mesa da Assembleia Legislativa do Estado. Eu gostaria que o Deputado falasse sobre o projeto que está sendo discutido.

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — O Deputado precisa, assim como eu, de consultar um médico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Questão de Ordem não procede porque o Deputado está discutindo sobre uma emenda incorporada ao projeto.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Então, Senhor Presidente, causa-nos espécie, porque o ano passado, inclusive, para ilustrar a minha estranheza, nós encaminhamos com a assinatura de 55 Deputados, deste Poder, ou seja, à exceção do Presidente do 1.^o e do 2.^o Secretários, desta Assembleia, nós encaminhamos um pedido de que fosse dado aos funcionários dos gabinetes dos Deputados, a gratificação que

os demais funcionários deste Poder recebem, e até hoje não obtivemos resposta a esta solicitação, dos 55 Deputados, dos 58 que compõem o Parlamento paranaense.

Causa-nos estranheza, que nós também tenhamos apresentado um projeto criando a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa, aprovado por duas vezes, em discussão plenária; retirado para que fosse aprofundada a discussão nas Comissões, e até hoje não tenha voltado a este plenário, para receber a discussão para o terceiro julgamento dos Srs. Parlamentares.

E quando eu vejo a Assembléia Legislativa do Paraná pegando "carona" numa Mensagem do Poder Executivo para criar no Quadro de Pessoal da Assembléia, 5 cargos em Comissão DAS-5, de Assessor Parlamentar, eu não poderia calar-me e nem poderia deixar de declinar o meu pensamento e o meu ponto de vista, que é inteiramente contrário à aprovação desta emenda, embora esteja em 3ª Discussão. Fica registrado o meu protesto contra esta "carona", até porque, pelo menos na Ordem do Dia, a assinatura do Deputado que fez a emenda, é ilegível. Não se sabe, na realidade, quem é o autor desta emenda ao Projeto de Lei do Executivo 221/85. Fica lavrado o meu protesto e o registro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa informa ao Deputado Alencar Furtado, que os cargos a serem criados, são destinados às novas lideranças dos partidos nesta Casa, de acordo com os termos regimentais. Nós já estamos com 3 partidos aqui e não há cargo de Chefe de Gabinete das Lideranças.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, nós gostaríamos de dizer ao Excelentíssimo Senhor e Senhores Deputados, que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado levanta a questão: nós queríamos endossar o pedido de Vossa Excelência criando estes cargos para as novas lideranças.

Evidentemente, que as novas lideranças que estão surgindo agora com a adesão aos novos partidos, e nós estamos defasados de funcionários, é a única razão que existe é a nova contratação de funcionários para atender aos novos líderes dos novos partidos.

Queremos que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado entenda que nós sabemos também que a sua caminhada dentro do PMDB, ela é curta, nós sentimos que o Deputado Osvaldo Alencar Furtado está prestes a deixar as fileiras do PMDB, e, evidentemente, será líder do partido que optar nesta Casa, e ele não poderá reclamar de forma alguma a falta de assistência da Mesa Executiva, quando ele terá, evidentemente, uma assessoria que está sendo criada hoje, e votada pelos Srs. Deputados.

É isso que eu queria esclarecer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrada a discussão, concedo a palavra ao Sr. Osvaldo Alencar Furtado, para encaminhar a votação.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Para encaminhar)

Ouvindo aqui o esclarecimento do brilhante Deputado Rubens Bueno, mesmo assim não me convenci, porque a redação deixa nas mãos da Secretaria, sequer especifica qual a Secretaria, o critério de indicar este funcionário para estes partidos, então melhor seria que se modificasse a redação, em sendo criada uma nova liderança partidária na Assembléia, esta teria direito ao mesmo que têm as demais lideranças do partido, sem

quantidade de bancada. Acredito que a emenda ficaria clara e sem outra necessidade futura de se apresentar outros projetos de resolução para se preencher as necessidades de outros partidos que, porventura, venham a ser criados na Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa informa a Vossa Excelência que a criação destes cargos repete a criação do outro cargo de assessor que foi criado para a Representação do PDT.

Nós estamos seguindo a tradição da Câmara Federal, não importa o número de Deputados, por enquanto, porque a Legislação da Câmara Federal estabelece que é liderança dos partidos, vias de consequência, os partidos que se constituem aqui terão o seu Gabinete formado, e nós estamos, principalmente agora, cuidando deste assunto porque a Liderança do PCB já faz 2 meses e ainda não conseguiu indicar o seu Chefe de Gabinete, bem como a Liderança do recente Partido Trabalhista Brasileiro.

Os cargos são destinados, exclusivamente, às lideranças partidárias.

Em votação, com a palavra o Sr. Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendi também, o procedimento do Deputado Alencar, quando nesta Casa, recentemente, criaram-se tantos cargos, especialmente os famosos DAS-5, volte agora esta Casa, novamente, através de uma emenda, criando mais 5 cargos, para a assessoria de gabinetes de novas lideranças, de partidos novos que constituem nesta Casa. Eu quero, também, declarar meu voto contrário à emenda, porque preceder à criação de novos cargos um estudo mais apurado da Casa, porque antes tínhamos apenas duas bancadas na Casa, é evidente que é necessário que se dê a todos os partidos, as bancadas que se formam e se formarem estruturalmente, que tenham, também, as mesmas condições de assessoramento que tinha antes o PMDB e o PDS. Agora, é preciso que, em virtude do fracionamento das bancadas, Sr. Presidente, é preciso que a Mesa estude com as lideranças destas mesmas bancadas, um outro projeto de resolução. Porque não é possível manter-se a mesma estrutura que tem a Bancada do PMDB para todas as demais bancadas que estão se formando agora, presentemente, no decorrer deste ano. Portanto, entendendo perfeitamente da necessidade dessa assessoria, o meu voto é contrário, pelos motivos que expus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa informa a Vossa Excelência que quando se criou a bancada do seu partido, também não havia o cargo, nem outros cargos. Entretanto, como já informamos, a bancada da Câmara Federal dá a cada partido uma liderança igual. Eu entendo também, que nós devemos fazer estudos sobre isso, mas, nós temos que seguir a Câmara Federal e o Senado. A liderança não é pessoal, a liderança é partidária, e assim foi feito com a bancada de Vossa Excelência. Tem a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Manoel Gabriel — O que me causa estranheza esse pronunciamento do ínclito homem sério, de raciocínio do Deputado Basílio Zanusso. Para que não haja ditadura dentro do regime democrático, há de se dar para todas as bancadas, distribuir-se equitativamente, Sr. Presidente, o raciocínio de Vossa Excelência, está certo. Porque como pode dar a um

partido e não dar aos outros partidos.

Disse bem Vossa Excelência, todos os partidos de representação desta Casa hão de ter os mesmos direitos. A democracia de meu amigo Deputado Basílio Zanusso está meio esdrúxula, porque ele não quer dar a César o que é de César.

Vamos dar direito a todos, aos pequenos e aos grandes. E como dizia Jesus Cristo, Sr. Presidente, "vamos repartir o pão".

O Sr. Caíto Quintana — (Para encaminhar) — Embora conheça da orientação desta Casa, o cuidado no gasto do dinheiro deste Poder, e percebo nesta emenda a necessidade de criação de cargos para as bancadas em formação na Assembléia, quero aqui publicamente declarar meu voto favorável por uma única razão. Não vejo como possa existir dentro desta Casa de Leis, partidos dos quais as suas lideranças detenham determinados cargos e partidos que as suas lideranças não tenham os mesmos privilégios e os respectivos cargos. Por uma questão de justiça, se uma bancada tiver o direito, todas as demais bancadas terão o mesmo direito.

A questão de uma discussão, de uma norma, deverá ser feita, talvez para o futuro, talvez para uma nova legislatura, para podermos avaliar por número de Deputados, a constituição ou não de um gabinete de liderança, no entanto, na presente legislatura, por uma questão de justiça, para que todos os partidos tenham o respaldo técnico necessário para poder desempenhar o trabalho político da sua corrente partidária. Acho que cassamos todos os cargos das lideranças ou criamos cargos para todas as lideranças, para cumprirmos com o preceito de justiça que deve nortear os trabalhos desta administração.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa informa ainda ao Sr. Deputado, que todas as bancadas com assento nesta Casa, com exceção da do PCB e do PTB, têm a sua representação igual a do maior partido que nós temos.

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

Em votação a emenda de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 221/85

Acrescente-se onde couber o seguinte:

Art. — Os Agentes de Segurança, lotados em unidades policiais civis, poderão participar de processo seletivo interno para ingresso na classe inicial da carreira constante do artigo 13, inciso III, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, desde que:

I - estejam, há mais de dois anos, exercendo comprovadamente as funções do cargo da carreira referida neste artigo.

II - Sejam aprovados em curso específico da Escola de Polícia Civil do Paraná.

Parágrafo único — Concluído o processo seletivo, o Conselho da Polícia Civil procederá a sua avaliação, encaminhando-a ao Secretário de Estado da Segurança Pública, para homologação e posterior provimento, devendo o primeiro iniciar-se em 30 dias, após a publicação desta lei.

Art. — As vagas da carreira de Agente de Segurança dos Servidores que obtiverem o acesso ficam acrescidas ao Quadro da carreira policial de Detetive.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

Apoiamento: Antônio Belinati, Gabriel Manoel, Tugio Setogutte, Anibal Khury, Rubens Bueno, Edgard Pimentel e Márcio Almeida.

Em votação a emenda de autoria do Deputado Acir Mezzadri. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.** O projeto irá a 4.ª Discussão.

2.ª DISCUSSÃO DA PROPOSIÇÃO N. 43/86, PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, de autoria do Deputado Caíto Quintana e outros, dando nova redação à alínea "c" do inciso II, do artigo 34, conforme especifica (tratando do exercício de outros cargos eletivos federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição). Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA CORRETIVA da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade.

Em votação a emenda. Há um substitutivo corretivo da emenda. A Mesa vai pôr em votação o substitutivo que corrige a emenda.

Em votação a emenda. **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, sugerindo que o viaduto, que servirá de acesso ao Núcleo Residencial Santa Paula, no município de Ponta Grossa, seja denominado "Viaduto Eng.º Gualter Oberg". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Juiz da 1.ª Vara Criminal do município de Londrina, pela sábia maneira que aplicou a pena ao réu Jaime Rosa Fernandes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n. 195/85, que visa dar nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. À Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Teobaldo Vitorio Machado, pela sua indicação para a Diretoria do Desenvolvimento Urbano do B.N.H. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que as Prefeituras Municipais venham a ser isentas do pagamento do ICM, quando da aquisição de ônibus escolares. **Aprovado.**

O SR. RUBENS BUENO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, para encaminhar a votação.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente.

Este requerimento encaminhado ao Governador do Estado, é exatamente no sentido de que as Prefeituras Municipais do Paraná fiquem isentas da cobrança de ICM para aquisição de ônibus escolares. Nós encaminhamos a esta Casa, no dia 1.º de agosto do ano passado, projeto de lei que criava o Programa Estadual de Transporte Escolar.

A partir de fevereiro deste ano, mais uma vez, copiando matéria desta Assembléia Legislativa, o Governo Federal criou o

Programa Nacional de Transporte Escolar. E esse Programa Nacional de Transporte Escolar, através do Ministério da Educação e Cultura, e através da Caixa Econômica Federal, dá condições de aquisição de ônibus escolares às Prefeituras Municipais, com prazo de carência, com prazo de três anos para pagamento, e além disso, com isenção do imposto sobre produtos industrializados.

Tal solicitação, Sr. Presidente, prende-se ao fato de que ao apresentarmos aquele Programa Estadual de Transporte Escolar, nada mais era do que, no sentido de fazer com que se diminuísse no Paraná, o alto índice de evasão escolar dos alunos de primeiro para o segundo grau, que chega ao absurdo de 92 por cento.

Por outro lado, nós estávamos também alarmados, além desses altos índices, com a decorrência da evasão do êxodo rural dos estudantes no seu "habitat" natural.

Sabedores da crítica situação financeira da maioria desses municípios, e em decorrência da crise que o País está atravessando, bem como do fato de que o Estado do Paraná é pioneiro também, nesse tipo de proposta, achamos extremamente feliz a iniciativa do ex-Ministro da Educação, viabilizando um Programa Nacional de Transporte Escolar, que dará o necessário suporte financeiro e material às Prefeituras na realização daquele oneroso encargo.

Quem despreocupadamente der uma passada de olhos, nos critérios e facilidades que o Programa cria na aquisição de ônibus escolares, facilmente verificará que se trata de uma medida extremamente salutar, sobre todos os pontos de vista, mormente no campo social, dando condições assim, a que os escolares tenham assegurado o seu transporte para o prosseguimento dos estudos.

6 por cento de juro ao ano, mais a variação da OTN, da qual o município só pagará 70 por cento, bem como, 4 anos para pagar, sendo um ano de carência, e a garantia única da Caixa Econômica Federal sobre o Fundo de Participação dos Municípios, ou o ICM do município.

É evidente que isto contribuirá decisivamente a que as Prefeituras comprem o quanto antes os seus ônibus escolares.

Por este motivo, para que os municípios fiquem o menos possível onerados nesse Programa, a isenção do ICM, entendemos nós, de competência estadual, seria decisiva nos objetivos, a que tanto o projeto de lei, de nossa autoria, criou o Programa Estadual de Transporte Escolar, hora sugerido pelo MEC, pela Caixa Econômica, se propõe também.

A juventude do Paraná pode continuar na dependência da inexistência de meios materiais, que lhe permitam acesso à educação e à formação. A isenção ora proposta, do ICM na aquisição de ônibus escolares, será o grande primeiro passo em direção à garantia do ensino a todas as crianças em idade escolar.—

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros das Comunicações e da Casa Civil da Presidência da República, encarecendo sejam apressadas a confecção dos novos catálogos telefônicos da região Metropolitana de Curitiba e do sul do Paraná, regiões de Ponta Grossa e Guaruva.— Aprovada. — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, e ao Sr. Presidente do INAMPS, manifestando apoio às decisões tomadas pela categoria médica do Estado do Paraná.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do TRE, encarecendo seja adotado em nosso Estado, na atual campanha de recadastramento eleitoral, o sistema de Chancela de acordo com o provimento 356, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a marcar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 221/85

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 74/85, 262/85, 263/85, 266/85, 279/85, 319/85 e 16/86.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 309/85, 318/85, 338/85; 46/86 e 51/86.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 31/86.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 5.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1986.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Belinati e Francisco Escorsin.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugúio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Amélia Hruschka, José Antônio Fonse-

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 367/84, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que revoga os artigos 2.º e 3.º da Lei n. 7492, de 15.07.81. (A citada Lei trata da doação de imóveis ao município de União da Vitória). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 367/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam revogados os artigos 2.º e 3.º, da Lei n. 7492, de 15 de julho de 1981.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 7492, de 15 de julho de 1981, autorizou o Poder Executivo a doar ao município de União da Vitória o lote de terreno urbano sob o n. 8-A, constante da Carta de Data n. 318 e minuciosamente descrito na referida Lei.

O art. 2.º condicionava a doação do imóvel a uma permuta por outro imóvel, onde deverá ser instalado o Centro Cultural da cidade. O artigo 3.º determinava que tal permuta deveria ocorrer no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da escritura de doação, sob pena do referido imóvel reverter ao Patrimônio do Estado.

A Escritura Pública de Doação com Condição, conforme documento anexo, foi feita a 6 de novembro de 1981.

Por diversas razões, principalmente as notórias dificuldades financeiras resultantes da situação vivida pelo Município com as enchentes no ano passado e por consequência, a definição como prioridade maior do Poder Público Municipal a tarefa

Curitiba, quinta, em 17/04/86

de reconstruir União da Vitória, foi impossível o cumprimento do que determinava a já citada lei. Vencido o prazo legal, fica a iminência da perda do imóvel.

Por outro lado, o imóvel fica localizado junto à atual sede da Prefeitura Municipal e há o interesse da municipalidade em construir ali o Centro Administrativo Municipal.

Assim sendo, nosso projeto de lei visa manter a doação do imóvel, retirando contudo a condicionalidade. Desta forma, oferece-se a possibilidade de o município de União da Vitória fazer o melhor uso do referido imóvel, contribuindo o Poder Público Estadual para a difícil tarefa de reconstrução daquela cidade do Sul de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 367/84

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, pretende revogar os artigos 2.º e 3.º, da Lei n. 7492, de 15 de julho de 1981, que autorizou o Poder Executivo a doar ao município de União da Vitória o lote de terreno urbano descrito na Lei.

A alteração proposta retira a condicionalidade que determinava aquela doação, permitindo que o Município faça o melhor uso do imóvel, de acordo com a sua real capacidade.

A matéria não possui qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o seu trâmite.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 22/86, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública a "COOPERATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES DE ASSIS CHATEAUBRIAND — COOTRABRIAND", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 8/86, de 06.03.86)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 22/86

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Edilson Alencar, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "COOPERATIVA DOS TRABALHADORES RURAIS VOLANTES DE ASSIS CHATEAUBRIAND — COOTRABRIAND", com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada havendo que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 23/86, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a elevação do número de Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n. 08/86, de 06.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 23/86

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Sérgio Spada, tem por finalidade elevar para 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Conforme certidão em anexo, estando a matéria em consonância com o artigo 35 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n. 27), de 08.01.86, encontra-se a mesma em condições de ser apreciada e aprovada por esta Casa.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

MÁRIO PEREIRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 29/86, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE SAÚDE EM ALCOOLISMO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n. 11/86, de 12.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 29/86

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE SAÚDE EM ALCOOLISMO", com sede e foro no município de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria — Lei n. 6994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 02/86, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas, por unanimidade, à Proposição n. 08/86, que aprova a prestação de contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1985. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 02/86

Art. 1.^o - Fica aprovada a prestação de contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1985.

Art. 2.^o - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1986

(aa) TRAJANO BASTOS - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N. 08/86

PARECER:

A proposição em tela tem por finalidade a apreciação por esta Comissão de Tomada de Contas, do Relatório da aplicação da dotação referente às verbas de subvenção social, referentes ao exercício de 1985 — regulamentada pela Resolução n. 55, de 03.10.83.

Nos termos do Relatório apresentado pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, temos que a movimentação referente às verbas de subvenção social aplicadas através das normas estabelecidas na Resolução n. 55 — foram devidamente aplicadas conforme o demonstrativo aqui relacionado, opinando-se pela sua aprovação, dando-se assim, baixa de responsabilidade junto ao setor competente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1986

(aa) TRAJANO BASTOS - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma ordinária para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia já anunciada e mais:

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 367/84 e 22, 23 e 29/86.

e do Projeto de Resolução n. 02/86.

Levanta-se a sessão.